



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 6.388-C, DE 2002** **(Do Senado Federal)**

**PLS nº 190/2001**

Aumenta o período de concessão do salário-maternidade e da licença à gestante em caso de parto antecipado; tendo parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação (relatora: DEP. DRA. CLAIR); da Comissão de Seguridade Social e Família, pela aprovação (relatora: DEP. DRA. CLAIR); e da Comissão de Finanças e Tributação, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária (relator: DEP. FELIPE RIGONI).

**DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE:

TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO;  
SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA; FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD); E  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

## **S U M Á R I O**

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público:

- Parecer da relatora
- Parecer da Comissão

III - Na Comissão de Seguridade Social e Família:

- Parecer da relatora
- Parecer da Comissão

IV - Na Comissão de Finanças e Tributação:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão

sinância com a Declaração Municipal sobre Educação para Todos.

§ 2º O Poder Público deverá reconhecer os educandos no ensino fundamental, com especial atenção para os grupos de sete a catorze e de quinze a dezois anos de idade.

§ 3º Cada Município e, supletivamente, o Estado e a União, deverão:

I – matricular todos os educandos a partir dos sete anos de idade e, facultativamente, a partir dos seis anos, no ensino fundamental;

II – prover cursos presenciais ou a distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados;

III – realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isso, os recursos da educação a distância;

IV – integrar todos os estabelecimentos de ensino fundamental do seu território ao sistema nacional de avaliação do rendimento escolar.

§ 4º Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.

§ 5º Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral.

§ 6º A assistência financeira da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a dos Estados aos seus Municípios, ficará condicionada ao cumprimento do art. 212 da Constituição Federal e dispositivos legais pertinentes pelos governos beneficiados.

Art. 100. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adaptarão sua legislação educacional e de ensino às disposições desta Lei no prazo máximo de um ano, a partir da data de sua publicação.

§ 1º As instituições educacionais adaptarão seus estatutos e regimentos aos dispositivos desta Lei e as normas dos respectivos sistemas de ensino nos prazos por estes estabelecidos.

§ 2º O prazo para que as universidades cumpram o disposto nos incisos II e III do art. 52 é de oito anos.

# **PROJETO DE LEI Nº 5.388, DE 2002**

(Do Senado Federal)

**PLS 190/2001**

**Aumenta o período de concessão do salário-maternidade e da licença à gestante em caso de parto antecipado.**

(Às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público, de Seguridade Social e Família, e de Constituição e Justiça e de Redação (Art. 54) – Art. 24, II.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 71 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, numerando-se o atual parágrafo único como § 1º.

"Art. 71. ....

§ 1º (antigo parágrafo único – Revogado pela Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997)

§ 2º Em caso de parto antecipado, o período do salário-maternidade será acrescido do número de semanas equivalente à diferença entre 27 (trinta e sete) semanas e a idade da gestação do recém-nascido, devidamente comprovada em exame clínico, preferencialmente, realizado por médico pediatra." (NR)

Art. 2º O § 3º do art. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 392. ....

§ 3º Em caso de parto antecipado, o período da licença à gestante será acrescido do número de semanas equivalente à diferença entre 37 (trinta e sete) semanas e a idade da gestação do recém-nascido, devidamente comprovada em exame clínico, preferencialmente, realizado por médico pediatra." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de março de 2002. – Senador Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal.

Abril de 2002

MARECHA CÂMARA DE DEPUTADOS

Quarta-feira - p. 142/5

**SF PLS 00190/2001 de 28/09/2001**

**Assin:** SENADOR Luiz Portes  
**Assunto:** Apreciação capitulativa no artigo 21 da Lei nº 3213, de 24 de julho de 1998, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.  
**Despacho Inicial:** CF DAS COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS  
**Situação atual:** SSEX - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE  
**Última Ação:** SF PLS 00190/2001  
 Data: 19/03/2002  
 Local: ATO-ILEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO  
 Situação: APROVADA A MATÉRIA (DECISÃO TERMINATIVA)  
 Texto: A Presidência comunica ao Plenário o teor do projeto, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da suspensão da matéria, pelo Plenário, à Câmara dos Deputados, em virtude de sua aprovação em apreciação terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais. A SSEX, para as devidas providências.

**Relatores:** CAS - João Maria

**Transcrição:** Breve reprodução de transcrição (Data automática):

SF PLS 00190/2001

20/03/2002 SSEX - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE

Recebido nesta órgão às 14:30 h.

20/03/2002 SSCISF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO  
 Recebida a cópia dos autógrafos de fls. 26. A Subsecretaria de Expediente

20/03/2002 SSEX - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE  
 A SSEX para revisão dos autógrafos (fls. 26)

20/03/2002 SSCISF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO  
 Procedida a revisão do texto final (fls. 24 e 25). A SSEX

19/03/2002 SSEX - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE  
 A SSCISF para revisão do texto final.

19/03/2002 SSEX - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE  
 Recebido nesta órgão às 10:40 h.

19/03/2002 ATA-ILEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO  
 Situação: APROVADA A MATÉRIA (DECISÃO TERMINATIVA)

A Presidência comunica ao Plenário o teor do projeto, sem que tenha sido interposto recurso no sentido de suspensão da matéria, pelo Plenário, à Câmara dos Deputados, em virtude de sua aprovação em apreciação terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais. A SSEX, para as devidas providências.

19/03/2002 SSEX - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO  
 Encaminhada ao Plenário para consulta de andamento de prazo para recurso.

21/03/2002 SSCISF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO  
 Situação: AGUARDANDO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO  
 Prazo para interposição de recurso: 22 a 28.03.2002.

06/03/2002 ATA-ILEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO  
 Leitura do Parecer nº 194/2002 - CAS (Rel. Sen. Téo Maria), favorável nos termos do substitutivo que anexa. Leitura do Ofício nº 9/2002, do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, comunicando a aprovação do Substitutivo, em linha suplementar, em reunião no dia 27/02/2002. Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário. A SSCISF.  
 Publicação em 05/03/2002 no DSF páginas: 157 - 158 (Ver Diário)  
 Publicação em 05/03/2002 no DSF páginas: 1593 (Ver Diário)

06/03/2002 SSCISF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO  
 Situação: AGUARDANDO LEITURA PARECER (PL)  
 Apertando ordem de parecer, anexada legislação anexa ao Parecer do CAS, de fls. 194 23 e 24.

27/02/2002 CAS - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS  
 Reunião e Comissão em 27.02.02 e não sendo apresentadas emendas ao substitutivo substitutivo, o substitutivo é aceito como definitivamente aprovado sem votação. A SSCISF.

20/02/2002 CAS - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS  
 Reunião e Comissão em 20/02/2002 e aprovando o substitutivo a matéria vai a turno suplementar na próxima reunião.

20/12/2001 CAS - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS  
 Situação: PRONTO PARA ALEITURA PARECER  
 Decretado pelo Relator Senador Téo Maria, com minuta de Parecer encaminhada pelo Relator do Projeto nos termos do substitutivo que anexa.

20/12/2001 CAS - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS  
 Situação: MATÉRIA COM ALEITURA  
 Ao Senado Téo Maria para leitura e presente matéria.

20/12/2001 CAS - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS  
 Situação: AGUARDANDO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO  
 Prazo para interposição de recurso: 22 a 28.03.2002



Parágrafo único. (Revogado pela Lei nº 9.528, de 10-12-97)

Art. 72. O salário-maternidade para a segurada empregada ou trabalhadora avulsa consistirá numa renda mensal igual a sua remuneração integral.

\* *Artigo com redação dada pela Lei nº 9.878, de 26-11-1999.*

Parágrafo único. A empresa deverá conservar durante 10 (dez) anos os comprovantes dos pagamentos e os atestados correspondentes para exame pela fiscalização da Previdência Social.

#### DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 10 MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

### TÍTULO III

#### Das Normas Especiais de Tutela do Trabalho

### CAPÍTULO III

#### Da Proteção Do Trabalho Da Mulher

### SEÇÃO V

#### Da Proteção à Maternidade

Art. 392. É proibido o trabalho da mulher grávida no período de 4 (quatro) semanas antes e 8 (oito) semanas depois do parto.

§ 1º Para os fins previstos neste artigo, o início do afastamento da empregada de seu trabalho será determinado por atestado médico nos termos do Art. 375, o qual deverá ser visado pela empresa.

\* *§ 1º com redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28-2-67.*

§ 2º Em casos excepcionais, os períodos de repouso antes e depois do parto poderão ser aumentados de mais 2 (duas) semanas cada um mediante atestado médico, na forma do § 1º.

\* *§ 2º com redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28-2-67.*

§ 3º Em caso de parto antecipado, a mulher terá sempre direito às 12 (doze) semanas previstas neste artigo.

\* *§ 3º com redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28-2-67.*

§ 4º É garantido à empregada, durante a gravidez, sem prejuízo do salário e demais direitos.

\* *§ 4º com redação dada pela Lei nº 9.793, de 26-6-99.*

I - transferência de função, quando as condições de saúde o exigirem, assegurada a retomada da função anteriormente exercida, logo após o retorno ao trabalho.

\* *Inciso I acrescido pela Lei nº 9.499, de 26-6-99.*

II - dispensa do horário de trabalho pelo tempo necessário para a realização de, no mínimo, seis consultas médicas e demais exames complementares.

\* *Inciso II acrescido pela Lei nº 9.499, de 26-6-99.*

Art. 393. Durante o período a que se refere o Art. 392, a mulher terá direito ao salário integral, a, quando variável, calculado de acordo com a média dos 6 (seis) últimos meses de trabalho, bem como aos direitos e vantagens adquiridos sendo-lhe ainda facultado reaver a função que anteriormente ocupava.

\* *Art. 393 com redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28-2-67.*

#### PROJETO DE LEI Nº 6.399, DE 2002

(Do Senado Federal)

PLS 95/01

Altera o art. 18 da Lei nº 9556, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para proibir a exigência de caução por parte de seus prestadores de serviços contratados e credenciados.

(As Comissões de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, de Seguridade Social e Família, e de Constituição e Justiça e de Poderação (Art. 54). Apense-se a este o PL nº 94/99; e seus apensados (novo despacho).)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º parágrafo único do art. 18 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, acrescido pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

\* *Art. 18*

Parágrafo único. Em qualquer situação, é proibida a exigência, por parte do prestador do serviço, de caução ou depósito de qualquer natureza, no ato da intermediação ou com anterioridade à prestação do serviço." (NN)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de março de 2002 – Senador Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal

## **COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**

### **I - RELATÓRIO**

O Projeto em apreço intenta ampliar o período da licença à gestante e do salário-maternidade, acrescentando-o pelo número de semanas equivalente à diferença entre o nascimento a termo (37 semanas) e a idade gestacional do recém-nascido.

Esgotado o prazo regimental, não foram recebidas emendas ao Projeto.

É o relatório.

### **II - VOTO DA RELATORA**

Contemporaneamente, as normas de proteção ao trabalho da mulher não são restritas à condição feminina e sim à busca de um mundo mais justo, contra a discriminação. As normas especiais, portanto, voltaram-se à proteção à maternidade (e não à mulher, pura e simplesmente) e à criança em si mesma, dado o interesse público de que se revestem. A elasticidade da licença para o prazo de 120 dias por ocasião do parto (Art. 7º, XVIII, da C.F.) e a licença paternidade (Art. 7º, XIX, da C.F.) são indicativos do reconhecimento da maternidade como função social. Aliás, o Art. 6º da C.F. garante a proteção à maternidade e à infância, como direito social, da mesma forma que o Art. 201, III, da C.F., que trata da Previdência Social.

Dentro dessa concepção de proteção à maternidade e à criança, portanto, é que a medida merece o nosso apoio.

Em nosso País, atualmente, a primeira causa de mortalidade infantil (crianças menores de 1 ano) são as “afecções perinatais” (grupo de intercorrências em que figuram a prematuridade, o baixo peso ao nascer, as infecções neonatais etc.). O enfrentamento deste problema passa pela melhoria da qualidade da assistência durante a gestação, parto, pós-parto imediato e cuidados com os recém-nascidos.

Os bebês que nascem pré-termo (menos de 37 semanas, segundo a Organização Mundial de Saúde) possuem maior risco de adoecer e morrer por doenças vasculares perinatais, distúrbios metabólicos, infecções como a enterocolite necrosante, dificuldades em controlar a temperatura, dificuldades de

serem alimentados e baixo vínculo com os pais, devido ao restrito horário de visita imposto pelas UTIs neonatais.

Por todos esses motivos, a criança que nasceu prematura não pode ser considerada da mesma forma que outra que teve seu nascimento em torno de 40 semanas, já que tem de terminar sua maturação fora do útero materno.

Somos, pois, pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.388/2002.

Sala da Comissão, em 2 de abril de 2003.

Deputada Dra. CLAIR  
Relatora

### **III - PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o Projeto de Lei nº 6.388/2002, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Dra. Clair.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Medeiros - Presidente, Tarcisio Zimmermann e Adauto Pereira - Vice-Presidentes, Cláudio Magrão, Daniel Almeida, Dra. Clair, Isaías Silvestre, Jovair Arantes, Leonardo Picciani, Luiz Antonio Fleury, Milton Cardias, Paulo Rocha, Professor Luizinho, Ricardo Rique, Rodrigo Maia, Vanessa Grazziotin, Vicentinho, Ariosto Holanda, Herculano Anghinetti, Homero Barreto, Maria Helena e Pauderney Avelino.

Sala da Comissão, em 23 de abril de 2003.

Deputado MEDEIROS  
Presidente

## **COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**

### **I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 6.388, de 2002, de autoria do Senado Federal, tem por objetivo ampliar o prazo de duração da licença à gestante e do respectivo benefício do salário-maternidade, para atender aos casos de parto antecipado.

Distribuída inicialmente à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, a proposição obteve parecer pela aprovação.



No prazo regimental, não foram oferecidas, nesta Comissão de Seguridade Social e Família, emendas à proposição.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

A proteção à maternidade, prevista na Constituição Federal, no art. 7º, incisos XVIII e XIX, e no art. 201, inciso II, deve ser entendida em seu sentido amplo, ou seja, o direito à licença-gestante e ao correspondente benefício do salário-maternidade somente alcança sua finalidade quando assegura um desenvolvimento saudável ao nascituro.

A proposição sob análise intenta exatamente garantir que esse direito, constitucionalmente previsto e disciplinado na Consolidação das Leis do Trabalho-CLT e na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Plano de Benefícios do Regime Geral de Previdência Social), seja usufruído de forma a assegurar que a presença e os cuidados da mãe garantam o bom desenvolvimento de seus filhos.

Os bebês prematuros possuem maior risco de sobrevivência e requerem assistência permanente das mães e por um período mais prolongado. Como salientado no Parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, essas crianças estão mais propensas a apresentarem “doenças vasculares, distúrbios metabólicos e infecções, como a enterocolite necrosante”.

Nesse sentido, o Projeto de Lei nº 6.388, de 2002, vem sanar importante lacuna da legislação, propondo um acréscimo no período de licença à gestante e de gozo do salário-maternidade equivalente à diferença entre 37 semanas (parto a termo) e a idade de gestação do recém-nascido.

Em face dessas razões, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.388, de 2002.

Sala da Comissão, em 27 de maio de 2003.

Deputada Dra Clair  
Relatora

## **III - PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Seguridade Social e Família, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o Projeto de Lei nº 6.388/2002, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Dra. Clair.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Angela Guadagnin - Presidente, Roberto Gouveia, Jorge Alberto e José Linhares - Vice-Presidentes, Antonio Joaquim, Arlindo Chinaglia, Arnaldo Faria de Sá, Athos Avelino, Benjamin Maranhão, Carlos Mota, Custódio Mattos, Darcísio Perondi, Dr. Benedito Dias, Dr. Francisco Gonçalves, Dr. Ribamar Alves, Eduardo Barbosa, Geraldo Resende, Guilherme Menezes, Homero Barreto, Jandira Feghali, Kelly Moraes, Laura Carneiro, Lavoisier Maia, Manato, Maria do Rosário, Maria Lucia, Mário Heringer, Milton Barbosa, Nilton Baiano, Pastor Francisco Olímpio, Rafael Guerra, Rommel Feijó, Saraiva Felipe, Selma Schons, Thelma de Oliveira, Zelinda Novaes, Adelor Vieira, Celcita Pinheiro, Durval Orlato, José Rocha, Juíza Denise Frossard, Silas Brasileiro e Tarcisio Zimmermann.

Sala da Comissão, em 11 de junho de 2003.

Deputada ANGELA GUADAGNIN  
Presidente

## **COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**

### **I - RELATÓRIO**

O projeto em análise, de autoria do SENADO FEDERAL, aumenta o período de concessão do salário-maternidade e da licença à gestante em caso de parto antecipado.

O projeto tramita em regime de prioridade e está sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões, tendo sido distribuído às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação (Art. 54 RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD), nessa ordem.

Nas Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de Seguridade Social e Família, o projeto foi aprovado.

O projeto vem a esta Comissão de Finanças e Tributação para manifestação quanto à compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.

Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

### **II - VOTO**

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, X, "h", e 53, II) e a Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação (NI CFT) definem que o exame de compatibilidade ou adequação se fará por meio da análise da conformidade

da proposição com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias, o orçamento anual. Além disso, a NI/CFT prescreve que também nortearão a análise outras normas pertinentes à receita e despesa públicas. São consideradas como outras normas, especialmente, a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

O art. 1º, §1º, da NI/CFT define como compatível “a proposição que não conflite com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e das demais disposições legais em vigor” e como adequada “a proposição que se adapte, se ajuste ou esteja abrangida pelo plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual”.

O projeto amplia o período de concessão do salário-maternidade e da licença à gestante, em caso de parto antecipado. Segundo a proposição, a ampliação corresponde ao “número de semanas equivalente à diferença entre 37 semanas e a idade de gestação do recém-nascido”.

Atualmente o salário maternidade é concedido pelo período de 120 dias, e poderá ter início até 28 dias antes do parto ou a partir da data de ocorrência deste. Naturalmente, a ampliação do período atualmente fixado terá como consequência o aumento dos gastos por parte da União.

O projeto gera gastos que se enquadram na condição de despesas obrigatórias de caráter continuado<sup>1</sup>, nos termos do art. 17 LRF. Nesses casos, torna-se aplicável os § 1º e 2º do referido diploma legal, segundo os quais o ato que criar ou aumentar despesa obrigatória de caráter continuado deverá ser instruído com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes e que tal ato deverá estar acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

No mesmo sentido, o art. 114 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 (Lei Nº 13.707, de 14 de agosto de 2018) determina que as proposições legislativas e respectivas emendas que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem diminuição de receita ou aumento de despesa da União, deverão estar acompanhadas de

---

<sup>1</sup>Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

estimativas desses efeitos no exercício em que entrarem em vigor e nos dois subsequentes, detalhando a memória de cálculo respectiva e correspondente compensação.

Em reforço, a Súmula nº 1/08-CFT, desta Comissão de Finanças e Tributação, dispõe que *"é incompatível e inadequada a proposição, inclusive em caráter autorizativo, que, conflitando com as normas da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - deixe de apresentar a estimativa de seu impacto orçamentário e financeiro bem como a respectiva compensação"*.

Por fim, e não menos relevante, cumpre destacar que com a recente promulgação da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, foi conferido status constitucional às disposições previstas na LRF e na LDO, as quais têm orientado o exame de adequação orçamentária por parte desta Comissão. Nesse sentido, o art. 113 do Ato das Disposições constitucionais Transitórias reforçou o controle sobre alterações legislativas geradoras de impacto orçamentário, ao estabelecer que *a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro*.

Todavia as estimativas quanto ao impacto orçamentário e financeiro e respectiva compensação, exigidos pelos dispositivos constitucionais e infraconstitucionais anteriormente citados, não foram apresentadas. Portanto, não temos alternativa senão considerar o projeto inadequado e incompatível quanto ao aspecto orçamentário e financeiro.

Diante do exposto, voto pela incompatibilidade e inadequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 6.388 de 2002.

Sala da Comissão, em 10 de junho de 2019.

**Deputado FELIPE RIGONI**  
**Relator**

### **III - PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião extraordinária realizada hoje, concluiu pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 6.388/2002, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Felipe Rigoni, contra o voto do Deputado Rui Falcão.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Sergio Souza - Presidente, Giovani Feltes e Vinicius Farah - Vice-Presidentes, Afonso Florence, Alê Silva, Celso Sabino, Denis Bezerra, Elias Vaz,

Felipe Rigoni, Fernando Monteiro, Flavio Nogueira, Glaustin Fokus, Heitor Freire, Hercílio Coelho Diniz, Hildo Rocha, Lucas Redecker, Luis Miranda, Otto Alencar Filho, Paes Landim, Paulo Ganime, Pedro Paulo, Rui Falcão, Ruy Carneiro, Walter Alves, Celso Maldaner, Chiquinho Brazão, Christiane de Souza Yared, Christino Aureo, Daniel Silveira, Dr. Frederico, Edilázio Júnior, Eduardo Cury, Evair Vieira de Melo, Fábio Mitidieri, Felício Laterça, Fred Costa, Júnior Bozzella, Laercio Oliveira, Luiz Philippe de Orleans e Bragança, Márcio Labre, Newton Cardoso Jr, Paula Belmonte, Rodrigo Coelho e Santini.

Sala da Comissão, em 3 de julho de 2019.

Deputado SERGIO SOUZA  
Presidente

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------